

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 48\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	1 600\$00	1 100\$00
Para países do expressão portuguesa...	2 200\$00	1 400\$00
Para outros países	2 600\$00	1 800\$00

AVULSO: Por cada página 4\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos averão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMARIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 3/89:

Designa 3 elementos para integrarem o Conselho de Direcção da ENACOL.

CHEFIA DO GOVERNO:

Rectificações:

Ao Decreto-Lei n.º 109/88, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 50/88 de 12 de Dezembro.

Ao Decreto Presidencial n.º 6/88, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 32/88, de 6 de Agosto.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Artigo único. São designados os responsáveis dos sectores de actividades da Empresa Nacional de Combustíveis — ENACOL, a seguir indicados para integrarem o respectivo Conselho de Direcção:

Alice Monteiro, Directora Financiera;

Orlando Vicente Freitas, Chefe de Departamento de Aprovisionamento e Reexportação;

Ana Maria Além Brito, Chefe de Departamento Administrativo.

Pedro Pires — Osvaldo Lopes da Silva.

Promulgado em 14 de Janeiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

o

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria-Geral do Governo

Rectificação

Por ter saído inexacto, rectifica-se nos termos seguintes o Decreto-Lei n.º 109/88, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 50/88, de 12 de Dezembro:

No artigo 3.º:

Onde se lê:

Concelhos de 1.ª Classe 34 500\$00

Concelhos de 2.ª Classe 32 700\$00

Deve-se ler:

Concelhos de 1.ª Classe 34 500\$00

Restantes Concelhos 32 700\$00

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 3/89

de 28 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição o Governo decreta o seguinte:

Secretaria-Geral do Governo, 17 de Janeiro de 1989.
— A Secretária-Geral do Governo, *Edeltrudes Rodrigues Pires Neves*.

Rectificação

Por ter saído inexacto, rectifica-se nos termos seguintes o Decreto Presidencial n.º 6/88, publicado em Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 32/88, de 6 de Agosto:

No artigo 1.º:

Onde se lê:

...Dr. Hélder Jorge Brito Monteiro Santos...

Deve-se ler:

...Dr. Hélder Jorge de Brito e Silva Monteiro Santos...

Secretaria-Geral do Governo, 18 de Janeiro de 1989.
— A Secretária-Geral do Governo, *Edeltrudes Rodrigues Pires Neves*.

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 15 de Dezembro de 1988:

Basilissa Rodrigues Pires Lima, técnica profissional de 1.º nível, 1.ª classe, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, exercendo, em comissão de serviço, as funções de chefe de Gabinete do Primeiro Ministro — mandada integrar na carreira de pessoal administrativo da Secretaria-Geral do Governo, como director de 2.ª classe, ao abrigo do disposto no artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 28/87, de 21 de Março, continuando a exercer, em comissão as actuais funções de chefe de Gabinete.

(Isento de «visto», posse e demais formalidades legais, ao abrigo do artigo 57.º, n.º 6 do citado decreto-lei).

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros, no impedimento do Camarada Ministro da Justiça:

De 20 de Setembro de 1988:

Cesaltina das Neves Moniz, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, prestando serviço no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento para 1988. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 23 de Dezembro de 1988).

Despachos do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos, em acumulação como Ministro da Justiça:

De 24 de Novembro de 1988:

Arlindo Vaz Rocha, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, desempenhando, interinamente, as funções de oficial de diligências, com colocação no 1.º Juízo Cível do Tribunal Regional da Praia — concedidos 6 meses de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 1988.

Avelino Monteiro Varela, habilitado com o curso técnico auxiliar de Estatística — nomeado para, nos termos do artigo 9.º do Decreto n.º 22/88, de 12 de Março, conjugado com o artigo 27.ª do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível, 3.ª classe, do quadro da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Janeiro de 1989).

De 9 de Dezembro:

José António Furtado, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz — transferido, a seu pedido, para o Tribunal Regional de Santa Catarina, com efeitos a partir da data da sua substituição na Sub-Região onde vem trabalhando.

De 23:

João de Deus Ramos Monteiro, ajudante de escrivão de Direito, de 2.ª classe, interino, do quadro das Comissões de Litígios de Trabalho de Sotavento — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 1988.

Despachos do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo:

De 29 de Setembro de 1988:

Maria Raquel Gonçalves Monteiro, técnica profissional de 1.º nível, 2.ª classe da Direcção do Serviço Meteorológico Nacional — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Janeiro de 1989).

De 7 de Outubro:

Liberata Lopes Teixeira Correia — nomeada, nos termos do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 154/81, para exercer em comissão de serviço, o cargo de recepcionista do Gabinete do Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

De 4 de Novembro:

Isabel Maria Martins Mota — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe do Serviço Meteorológico Nacional, com colocação no Observatório Meteorológico do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Janeiro de 1989).

De 7 de Dezembro:

Cecílio Tavares Vieira — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Fevereiro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial, da Direção-Geral da Fiscalização Económica.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Janeiro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro das Forças Armadas e da Segurança:

De 3 de Março de 1988:

Emanuel Herberto Teixeira Spencer Lopes, subtenente das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, transferido para o quadro das Forças de Segurança e Ordem Pública, no mesmo posto, ao abrigo das disposições do artigo 28.º do Estatuto do Pessoal das FSOP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/84, de 5 de Maio, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

De 20 de Dezembro:

Ernesto Marinha Medina Júnior, capitão das Forças de Segurança e Ordem Pública — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director de Gabinete do Ministro das Forças Armadas e da Segurança, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Isento do «visto» nos termos da alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho.

De 4 de Janeiro de 1989:

José Luís da Silva Moreira, sub-tenente das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, exercendo as funções de Secretário do Tribunal Militar de Instância — exonerado das referidas funções.

André Leopoldino Lopes da Graça Martins, 2.º sargento das Forças Armadas Revolucionárias do Povo — designado, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º e 19.º da Lei n.º 29 II/83, de 18 de Junho, para exercer as funções de Secretário do Tribunal Militar de Instância.

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 9 de Junho de 1989:

Eduardo Augusto Cardoso, licenciado em Linguística — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 2.ª classe, do Gabinete de Estudos e Planeamento, do Ministério da Educação.

Fica exonerado do cargo de professor de 4.º nível, 2.ª classe, do Liceu «Ludgero Lima», com efeitos a partir da posse do novo cargo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Junho de 1988).

De 27 de Agosto:

Filomena Maria Antunes Barbosa Silva Fernandes Spencer, professora de 4.º nível, de 2.ª classe, provisória, do Liceu «Domingos Ramos» — transferida na mesma categoria e situação para a Escola do Magistério Primário, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1988.

Maria de Jesus Dias Santos Baptista, professora do 4.º nível, 2.ª classe de nomeação definitiva em exercício no Liceu «Domingos Ramos» — transferida, na mesma categoria e situação para a Escola do Magistério Primário da Praia, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1988.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 25.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 26 de Setembro:

Jorge Manuel Mendes Cardoso — contratado, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1988/89, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, colocado na Escola do Ensino Básico Complementar de S. Filipe, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1988.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 12.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 29:

São autorizados a não iniciar funções:

Concelho do Paúl:

António Sousa da Graça — eventual de posto escolar — Escola 6 de Cabo da Ribeira;

Armindo Sousa da Graça — eventual de posto — Escola 6 de Cabo da Ribeira.

Concelho de S. Nicolau:

Manuel António Gomes — eventual de posto — Escola n.º 22 de Morro Alto.

De 7 de Outubro:

São autorizados a não iniciar funções, os seguintes professores:

Concelho de S. Vicente:

Isa Maria dos Reis Silva, eventual de posto escolar — Escola n.º 11 de Ribeira de Craquinha.

Concelho da Ribeira Grande:

Constança Júlia Neves Sabino, eventual de posto escolar — Escola n.º 18 de João Afonso.

Concelho do Paúl:

Pedro dos Santos Silva, eventual de posto escolar — Escola n.º 4 de Santa Isabel;

Elsa Maria Neves Tomar, eventual de posto escolar — Escola n.º 9 de Fajã de Janela.

Concelho do Porto Novo:

Irene dos Reis Rodrigues, eventual de posto escolar — Escola n.º 8 de Lombo das Danças;

Manuel dos Anjos Lima, eventual de posto escolar — Escola n.º 15 de Jorge Luís.

São contratados, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto, para prestação de serviço docente os professores de 2.º nível, 3.ª classe, nos estabelecimentos do Ensino Básico Elementar que abaixo se indicam:

1.ª vez:

Concelho da Brava:

- 1 — Eugénia Pereira Rodrigues — na Escola 4 de Mato Grande;
- 2 — Jovelina Sena da Lomba — na Escola 7 de Mato;
- 3 — Pedro de Pina Gomes — na Escola 10 de Palhal;
- 4 — João de Pina Sequeira — na Escola 10 de Palhal;
- 5 — Neusa Jesus Rodrigues Machado — na Escola 1 da vila de Nova Sintra;
- 6 — João Maria Aires da Cruz — na Escola n.º 7 do Mato.

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — José Carlos Monteiro Tavares — na Escola 29 de Pilão da Graça;
- 2 — Maria do Rosário Garcia Andrade — na Escola 14 de Lagoa;
- 3 — Estêvão Vieira Tavares — na Escola 35 de Ribeira Alta;
- 4 — Maria de Lourdes Gomes Duarte — na Escola 14 de Lagoa;
- 5 — Anildo Vieira Lopes — na Escola 38 de Figueiras;
- 6 — Arlindo Freire Ferreira — na Escola 38 de Figueiras.

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Mónica Mendes Fernandes — na Escola 24 de Chã de Feijoal;
- 2 — Domingos Rodrigues da Silva — na Escola 23 de Chã de Manuelinho;
- 3 — João Domingos Gomes Barbosa — na Escola 10 de Ribeira dos Bodes;

4 — Nicolau Lopes — na Escola 10 de Ribeira dos Bodes;

5 — José Augusto dos Santos Vieira — na Escola 20 de Chã de Drogoeiro;

6 — Henrique António Teixeira Monteiro — na Escola 20 de hã de Drogoeiro;

7 — Irlando Jesus Rodrigues Martins — na Escola **25 de Pascoal Alves**;

8 — José Maria Silva Monteiro — na Escola 26 de Monte Trigo;

9 — João de Deus Monteiro Sanches Pereira — na Escola 27 de Tarrafal;

10 — João da Cruz Freire Tavares — na Escola 28 de Covão.

Concelho do Paúl:

1 — António Gomes Duarte — na Escola 10 de Aguada;

2 — Georgina Moniz Fernandes — na Escola 9 de Fajã de Janela;

3 — Eugénia Maria Lopes — na Escola 11 de Estância de Pedras;

4 — Maria Jesus Barbosa Amado — na Escola 12 de Pêro Dias;

5 — Adriano Andrade do Canto — na Escola 12 de Pêro Dias;

6 — **José Pedro Fernandes** — na Escola 4 de Santa Isabel;

Concelho do Maio:

1 — Arsénio Rosendo dos Reis Borges Bettencourt — **na Escola 8 de Figueiras**;

2 — Natália Fernandes dos Reis — na Escola 1 da vila do Maio;

3 — Maria Jesus Silva Tavares — na Escola 3 de **Calheta**.

Concelho do Fogo:

1 — Clementina de Pina Cardoso — na Escola 35 de Atalaia na vaga deixada por Teresa Araújo que não se apresentou;

2 — Inácia Cardoso — na Escola 3 de Ponta Verde;

3 — Luísa Helena Lopes Correia — na Escola 9 de Curral Grande;

4 — Maria Gomes de Pina — na Escola 3 de Ponta Verde — **na vaga deixada por Odmir Gomes da Silva que não se apresentou**;

5 — Luís Rodrigues Alves — na Escola 33 de Fajãzinha;

6 — Maria de Fátima Pires Vieira — na Escola 7 de Campanas de Cima;

7 — Georgina Medina Vieira Centeio — na Escola 7 de Campanas de Cima;

8 — Maria da Luz Brandão Carvalho — na Escola **3 de Ponta Verde**;

9 — Eugénia Rodrigues Martins — na Escola 28 de Relva;

10 — Marcelina Ramos Alves — na Escola 32 de Feijoal **na vaga deixada por Rosa de Andrade que não se apresentou**;

11 — **Aníbal Cardoso** — na Escola 35 de Atalaia **na vaga deixada por Maria Helena Fernandes que não se apresentou**;

12 — Paulina Pires — na Escola 11 de Ribeira Filipe;

13 — Maria Emília Pereira Barbosa — na Escola 22 de Fonte Aleixo;

14 — Maria Socorro Fernandes Lopes — na Escola 23 de Roçadas;

15 — Fátima de Jesus Barbosa Correia Teixeira — na Escola 1 de S. Filipe.

Concelho de S. Nicolau:

1 — Maurício Tavares Monteiro — na Escola 18 de Funda;

2 — João Furtado Martins — na Escola 8 de Ribeira Ribeira da Prata;

3 — Joaquim Gonçalves Garcia — na Escola 19 de Fragata;

Concelho da Boa Vista:

1 — Norberta de Brito Andrade — na Escola 7 de Fundo de Figueiras.

Concelho da Praia:

1 — Cirilo Boaventura Leal Landim — na Escola 39 de Portal;

2 — Angelina Cardoso Duarte — na Escola 37 de Praia Baixo;

3 — Maria Teresa Correia Mendonça — na Escola 48 de Rui Vaz;

4 — Fátima do Rosário Borges Leal — na Escola 48 de Rui Vaz;

5 — Aútilia Lopes de Pina — na Escola 28 de Ponta d'Água;

6 — Irlando de Jesus Rodrigues Martins — na Escola 51 de Pico Leão;

7 — José Pedro Fernandes — na Escola 51 de Pico Leão;

8 — Maria Ivete Lopes Sanches — na Escola 34 de Milho Branco;

9 — Inês Gomes Correia — na Escola 17 de Santana;

10 — Manuel Celestino Pereira — na Escola 21 de Belém;

11 — Manuel Moreno — na Escola 27 de Vale da Custa;

12 — Maria José Monteiro Lopes — na Escola 51 de Pico Leão;

13 — José Pedro Fernandes — na Escola 51 de Pico Leão;

14 — Crisálida dos Santos Rosa — na Escola 16 de Salineiro;

15 — Maria Leonor Gonçalves Oliveira — na Escola 39 de Portal;

16 — Maria Helena Ramos Monteiro — na Escola 46 de Mato Afonso;

17 — José Gomes de Pina — na Escola 37 de Praia Baixo;

18 — Octávio Pereira — na Escola 51 de Pico Leão;

19 — José Rui Moreira — na Escola 46 de Mato Afonso;

20 — Lourenço Furtado Lopes — na Escola 40 de Baía;

21 — Maria Teresa dos Santos Carvalho e Silva — na Escola 16 de Salineiro;

22 — José António da Veiga Moreira — na Escola 24 de João Varela.

Concelho de Santa Catarina:

1 — Aniceto Tavares dos Santos — na Escola 1 de Assomada;

2 — José Avelino Mendes de Pina — na Escola 15 de Mato Sancho;

3 — Luís António Cabral Duarte — na Escola 16 de Palha Carga, na vaga deixada por Maria de Fátima Silva Fernandes que não se apresentou;

4 — Maria Nascimento Ramos Correia — na Escola 22 de Ribeirão Isabel;

5 — Norberta da Conceição Moreira Tavares — na Escola 26 de Sedeguma na vaga deixada por Ermelindo Pereira que não se apresentou;

6 — José Rui da Silva Borges Oliveira — na Escola 29 de Ribeirão Manuel;

7 — Eduarda Afonso Tavares — na Escola 32 de João Dias;

8 — Maria Madalena Fernandes Correia — na Escola 42 de Figueira das Naus na vaga deixada por Ernestina Cabral que não se apresentou;

9 — Maria Livramento Lopes Martins — na Escola 42 de Figueira das Naus;

10 — Floresvinda Maria Cardoso Rodrigues — na Escola 43 de Ribeira da Barca;

11 — Milícia Maria Varela — na Escola 43 de Ribeira da Barca;

12 — Américo Tomás Mendes Teixeira — na Escola 44 de Charco;

13 — Eduardo Pereira Gomes — na Escola 47 de João Bernardo.

São contratados, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea g) do Decreto-Lei n.º 79/80, de 16 de Agosto para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1988/89, no cargo de professor de posto escolar, de serviço eventual, os seguintes indivíduos:

Eduardo Pereira Gomes;
Eugénia Rodrigues Martins;
Maria Livramento Lopes Martins;
Aútilia Lopes de Pina;
João da Cruz Delgado;
Floresvinda Maria Cardoso Rodrigues;
André Silva.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente: — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Janeiro de 1989):

De 26 de Outubro:

Dionísio Simão Pereira, professor de 4.º nível, 2.ª classe, definitivo — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de director do Liceu de Santa Catarina, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1988.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 20.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Janeiro de 1989).

De 9 de Novembro:

Ana Maria Gonçalves de Pina Freire, professora do 3.º nível, 3.ª classe da Escola Preparatória do Lavadouro — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1988).

De 18:

João Marcos Mota, professor de Ensino Básico Elementar — concedida a mudança de classe, correspondente à 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/86, de 25 de Outubro e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 29 de Dezembro de 1988):

De 19:

Maria Rosa Veiga, professora de 3.º nível, 3.ª classe da Escola Preparatória de Calabaceira — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1988).

De 23:

São autorizados a não iniciar as funções os seguintes professores:

Concelho de S. Vicente:

- 1 — Filomena Maria Monteiro Silva, eventual de posto escolar — Escola 5 de Cruz João Évora.
- 2 — Albertina da Luz Neves, eventual de posto escolar — Escola 15 de Salamanca,

Concelho do Porto Novo:

- 1 — José Pedro dos Santos Dias, eventual de posto — Escola 1 da vila do Porto Novo:

Fica anulado o despacho que colocou José António Pina Cabral, na Escola n.º 8 de Janela por estar já em exercício na Escola n.º 6 de Cabo da Ribeira, ambas do concelho do Paúl.

De 3 de Dezembro:

Daniel Monteiro dos Reis Araújo, professor do 4.º nível 2.ª classe, do Liceu «Domingos Ramos» — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, subdivisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Janeiro de 1989).

Zeferino Ribeiro Semedo — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe do Liceu de Santa Catarina.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 29.ª código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1988).

De 12:

Hermes de Pina Araújo, professor de posto escolar, profissionalizado — concedida licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Outubro.

De 17:

Maria Manuela Gomes Florentins, servente da Direcção Regional de Educação — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

De 26:

São nomeados, nos termos da alínea b) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercerem, interinamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, dos seguintes docentes, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosas»;

António Eleutério Silvestre;
Idalina Maria Alves;
Claudina Rosa do Nascimento Silva Rocha.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Janeiro de 1989).

De 6 de Janeiro de 1989:

Oswaldo da Rocha Lopes, monitor especial, em exercício na Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina — exonerado do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Despachos do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 8 de Novembro de 1988:

Vital Ledo de Pina, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, definitivo, de Agência Noticiosa Caboverdiana — transferido para o Instituto Caboverdiano do Cinema, por conveniência de serviço, na mesma categoria e situação.

A despesa tem cabimento na dotação do código 1.2 do orçamento privativo para 1989. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

De 1 de Dezembro:

Jorge de Sousa Pereira — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe do Instituto Caboverdiano de Cinema.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 1.º, n.º 2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

Odete Maria Correia Varela da Fonseca — candidata classificada em concurso — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Alvaro Gonçalves Afonseca — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral da Comunicação Social.

Fernanda Maria Tavares de Carvalho — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral da Comunicação Social.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 3 de Janeiro de 1989).

Joaquina Helena Gonçalves Monteiro — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Agência Noticiosa Caboverdiana (CABOPRESS) do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no orçamento privativo da Agência Noticiosa Caboverdiana. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

Despacho do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo:

, De 20 de Dezembro de 1988:

Domingos Mendes, Júnior, licenciado em Ciências Sociais — nomeado nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercer, definitivamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Administração Local.

Continua em comissão de serviço no Secretariado do Conselho Nacional do PAICV.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Janeiro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 22 de Outubro de 1988:

Maria de Fátima Lima Henriques — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer provisoriamente, o cargo de técnico auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

De 2 de Dezembro:

José Carlos Pais Lopes Moniz — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 12 de Janeiro de 1989).

De 30:

Evandro dos Santos Nunes, servente da Direcção-Geral de Saúde — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Júlio Diniz Gonçalves de Pina, condutor-auto de ligeiro de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Farmácia, exonerado a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

De 9 de Janeiro de 1989:

Ana Filomena Soares da Cruz, técnica superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Farmácia — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir da data de entrega da conta de responsabilidade, do Depósito Central de Medicamentos.

João José Teixeira de Pina, cozinheiro de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — exonerado, do referido cargo, com efeitos a partir da data em que tomar posse no cargo de repografia da Secretaria-Geral do Governo.

De 12:

Francisca Miranda Cabral, escriturária-dactilógrafa, do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Janeiro de 1989, que é do seguinte teor:

«Apresentada apta para o desempenho das suas actividades profissionais».

Despacho do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 19 de Setembro de 1988:

Quirino José Gomes Mariano — nomeado, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe, do Instituto Nacional de Investigação Tecnológica.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, código 38.3 do artigo 1.º, n.º 1 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 21 de Dezembro de 1988:

Manuel de Jesus Pires, pagador do quadro da Direcção Regional das Obras Públicas de Santo Antão — demitido, nos termos da alínea f) do artigo 14.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 31/III/87, de 31 de Dezembro.

De 26:

Juvenal dos Reis Borges, pagador do quadro da Direcção Regional de Santiago do Ministério das Obras Públicas — concedidos 15 dias de licença registada, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Primeiro Ministro:

De 30 de Setembro de 1988:

João Monteiro Rodrigues — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de contínuo da Repartição de Expediente do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Janeiro de 1989).

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro do Plano e da Cooperação:

De 13 de Dezembro de 1988:

Eduardo Jorge Lima Barros Silva — licenciado em Direito Internacional — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral da Cooperação Internacional.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Janeiro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 19 de Dezembro de 1988:

Ramiro de Oliveira Baptista Barbosa Vicente, director das Alfândegas de 2.ª classe — designado para desempenhar as funções de director da Alfândega da Praia.

O encargo resultante das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 23:

Palmira Figueiredo Barros Ramos, na qualidade de avó e representante de Arico Figueiredo Ramos Silva, filho menor de Maria Auxiliadora Conceição Figueiredo Ramos, que foi professora do Ensino Básico Elementar do quadro da Direcção-Geral de Educação, falecida no dia 11 de Setembro de 1987 — fixada ao abrigo do disposto no artigo 9.º n.º 1 e 10.º n.º 3 do Decreto n.º 52/75, de 8 de Fevereiro a pensão de sobrevivência mensal de 1980\$, com efeitos a partir de 11 de Setembro de 1987.

A esta pensão deverá ser descontada a quantia de 22 312\$50, sendo 19 125\$ para compensação de aposentação e 3 187\$50 para compensação de sobrevivência, em atraso, em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo as 1.ªs de 85\$ e 34\$ e as restantes de 160\$ e 26\$50, respectivamente.

O encargo resultante tem cabimento na verba do capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 17-B do orçamento vigente do Ministério das Finanças. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1989).

Despachos do Camarada Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 6 de Dezembro de 1988:

Antonieta Pereira Lopes Varela, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, contratada, dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — promovida nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata. Continua colocada na Embaixada de Cabo Verde em Dakar.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Janeiro de 1989)

De 5 de Janeiro de 1989:

Alcindo Alberto Leite, adido de Embaixada, em serviço na Embaixada de Cabo Verde em Moscovo — transferido, por conveniência de serviço, para os Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Marinha Mercante:

De 17 de Dezembro de 1988:

Maria do Céu Semedo Ferreira, servente da Direcção-Geral da Marinha Mercante — exonerada, a seu pedido do referido cargo, com efeitos a partir da data em que tomar posse no cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, no Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

Despachos do Camarada Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural:

De 26 de Setembro de 1988:

José da Veiga, guarda florestal de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, para exercer o cargo de guarda florestal de 1.ª classe.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Janeiro de 1989).

De 11 de Novembro:

Zeferino d'Almeida auxiliar principal, da Junta dos Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 1.ª, código 38.3 do orçamento vigente do Serviço Autónomo do Conselho Nacional de Águas — Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, Gabinete do Ministro. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 27 de Dezembro de 1988).

José Rui Mendes de Carvalho, operário semi-qualificado de 2.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Junta dos Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Águas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo:

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º; divisão 1.ª, código 38:3; do orçamento vigente:— Serviço Autónomo, Conselho Nacional de Águas.— Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, Gabinete do Ministro:— (Anotado pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 1988).

De 10 de Janeiro de 1989:

Francisco Pina Alves Vieira, director de 1.ª classe, do quadro da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — concedida licença ilimitada, com início a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro:

De 16 de Dezembro de 1988:

José Monteiro Soares, ajudante de Imprensa, interino — exonerado do referido cargo e revertido à sua situação de aprendiz, com efeitos a partir da data da posse de Domingos Lopes.

Despacho do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 16 de Dezembro de 1988:

Maria das Dores Silva Lima, funcionária aposentada — contratada, nos termos do Decreto-Lei n.º 1/85, de 12 de Janeiro, para exercer as funções de chefe de secção, na Direcção Regional de Cultura e Desportos, com vencimento de 15 550\$ (quinze mil quinhentos e cinquenta escudos), com efeitos a partir de 3 de Outubro de 1988, correspondente à letra I da tabela classificativa da Administração Pública:

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 14 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 18 de Janeiro de 1989).

De 25 de Janeiro de 1988:

José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 2.ª classe do quadro do pessoal da Direcção-Geral de Administração Pública — promovido, mediante concurso público, à classe imediata, nos termos do disposto no artigo 3.º da alínea b) do Decreto-Lei n.º 74/86 de 25 de Outubro.

Continua a exercer em comissão de serviço o cargo de director de Serviços.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 3.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Janeiro de 1989).

Despacho do Camarada Director-Geral da Fazenda Pública:

De 11 de Janeiro de 1989:

António Tavares Alvarenga, maior habilitado com 1.º ano do Ciclo Preparatório, residente em Assomada, confirmada, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 75.º do Regulamento de Fazenda, de 3 de Outubro de 1901, a sua designação como proposto do tesoureiro de Finanças do Concelho de Santa Catarina, Lucílio Silva Fernandes ficando exonerado o anterior proposto José Maria Tavares Alvarenga.

Despacho do Camarada director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 12 de Janeiro de 1989:

Zenaida Helena Brito de Pina, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, interina, da Direcção-Geral do Protocolo do Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 15 de Dezembro de 1988, que é do seguinte teor:

«Que lhe sejam justificadas as faltas dadas ao serviço de 5 de Outubro a 5 de Dezembro de 1988»:

Lista definitiva dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de terceiros oficiais nos quadros de pessoal dos serviços centrais do Ministério da Administração Local e Urbanismo, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 50/87, de 12 de Dezembro:

Admitidos:

Ana Lina Lopes Moreira.
Carla Maria Tavares Martins.
Gilda Cândida Dias Teixeira.
José Henrique Lima Moreira Borges.
José Pedro Luciano.
Júlia Maria da Graça.
Martolino Mendes Teixeira.
Manuel de Jesus da Lomba.
Manuel de Jesus Martins de Carvalho.
Serafina Lima.

Excluído:

Tony António dos Santos a).

a) Por não ter suprido a deficiência apontada na lista provisória publicada no *Boletim Oficial* n.º 44/88, de 29 de Outubro.

As provas práticas tiveram lugar na sala de reuniões Ministério da Administração Local e Urbanismo, na Praia, no dia 23 de Janeiro de 1989, pelas 9 horas.

Lista definitiva dos candidatos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe nos quadros do pessoal dos serviços centrais do Ministério da Administração Local e Urbanismo, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 50/87, de 12 de Dezembro:

Admitidos:

- 1 — Ana Maria da Conceição Vaz Lopes.
- 2 — Ana Maria Gomes Pires.
- 3 — Atanásia Mendes Correia.
- 4 — Ana Fernandes Tavares.
- 5 — Anastácia Baessa Coelho Mendonça.
- 6 — Alcídio Mendes Mendonça.
- 7 — Carolina Gomes Rodrigues.
- 8 — Domingos Correia Mendes Teixeira.
- 9 — Elsa Maria Évora dos Santos.
- 10 — Filomena Maria Tavares Almeida.
- 11 — Juliana de Jesus Miranda Soares de Carvalho.
- 12 — Maria Fernanda dos Santos Teque.
- 13 — Maria Eugénia Gomes Alves.
- 14 — Maria José Vaz Moniz.
- 15 — Maria Teresa Fortes.
- 16 — Maria de Lourdes Gomes Rocha.
- 17 — Oteldina Araújo Freire Moreira Brito.
- 18 — Regaldina dos Santos Pereira.

Excluídos a):

- 1 — Alda Maria Duarte Moreno.
- 2 — Jucelina Lopes Semedo.
- 3 — Maria do Rosário Veiga Tavares.

a) Por não terem suprido as deficiências apontadas na lista provisória publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/88, de 29 de Outubro.

As provas práticas tiveram lugar na sala de reuniões do Ministério da Administração Local e Urbanismo, na Praia, no dia 24 de Janeiro de 1989, pelas 9 horas.

Lista definitiva dos candidatos ao concurso de provas práticas para promoção na categoria de segundo oficial dos quadros de pessoal do Ministério da Administração Local e Urbanismo, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 50/87, de 12 de Dezembro:

Etelmina Isabel Soulé Miranda.
Tomázia Ludovina Medina.
Manuel António Fonseca.

As provas práticas tiveram lugar na sala de reuniões do Ministério da Administração Local e Urbanismo, na Praia, no dia 23 de Janeiro de 1989, pelas 9 horas.

Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso de provas práticas para o preenchimento de vagas de tesozeiros de 3.ª classe nos quadros de pessoal do Ministério da Administração Local e Urbanismo, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 50/87, de 12 de Dezembro:

Celestino Rodrigues.
Mário Rui Fortes Lélis.

As provas práticas tiveram lugar na sala de reuniões do Ministério da Administração Local e Urbanismo, na Praia, no dia 23 de Janeiro de 1989, pelas 9 horas.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que o técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Pecuária, David do Rosário Monteiro, que se encontrava no estrangeiro em comissão eventual de serviço, regressou ao país e retomou as suas funções a 18 de Dezembro de 1988.

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 53, de 31 de Dezembro de 1988, a nomeação definitiva respeitante ao técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Energia, João Crisóstimo da Cruz Lima, novamente se publica na parte relativa:

Onde se lê:

João Crisóstimo da Cruz Silva.

Deve ler-se:

João Crisóstimo da Cruz Lima.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 26 de Janeiro de 1989. — Pelo Director-Geral, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de serviços.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

— 0 —

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção dos Serviços Administrativos

AVISO DE ABERTURA DO CONCURSO

1. Nos termos do artigo 24.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, conjugado com o artigo 6.º da Portaria n.º 50/88 se faz público que de harmonia com os despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública de 23 de de Dezembro de 1988 estão abertos concursos de promoção para preenchimento dos lugares a seguir designados:

A) Na Secretaria-Geral do Governo:

- 1 Director de 1.ª classe;
- 1 Técnico superior de 2.ª classe.

B) Na Imprensa Nacional:

- 1 Director de 1.ª classe.

2. Para os concursos de promoção a directores de 1.ª classe da carreira administrativa da Secretaria-Geral do Governo, e Imprensa Nacional:

a) Método de selecção e o sistema de ponderação a serem aplicados:

Método de selecção: Avaliação curricular.
Ponderação: 100%:

b) Formalização das candidaturas:

Os candidatos devem apresentar, toda a documentação exigida pelos artigos 17.ª e 31.º da Portaria n.º 50/88, nomeadamente:

Requerimento de admissão ao concurso com identificação completa, dirigido ao Secretário de Estado da Administração Pública;

Relatório sucinto das actividades desenvolvidas no exercício de funções;

Relatórios de seminários, estágios ou cursos em que o candidato tenha participado, devidamente certificado.

Cópia ou fotocópia de qualquer trabalho, informações, proposta ou pareceres realizados no serviço ou fora dele, desde, que neste último caso revelem uma certa identidade ou proximidade com as funções no cargo;

Cargos exercidos, sua duração;

Declaração passada pelo serviço a que o candidato pertença, relativa ao conjunto das funções do cargo a que se encontra provida e a duração do seu exercício, quando se tratar de pessoal estranho ao quadro de Secretaria-Geral de Governo;

Informações anuais, (média);

Comissões exercidas, destacamentos, requisições, deslocações oficiais em missão de serviço;

Cadastro disciplinar;

Louvores, menções e condecorações.

c) Conteúdo funcional, da categoria de director de 1.ª classe:

Preparação de estudos e propostas versando a melhoria dos serviços e da gestão administrativa em geral;

Coordenação de grupos de trabalho e chefia de projectos relacionados com a actividade da Secretaria-Geral do Governo ou Imprensa Nacional;

Participação especializada em grupos de trabalho pluridisciplinares em matéria relacionada com a Administração Pública;

Apresentação de informações e propostas sobre a matéria de gestão de Recursos Humanos da Função Pública;

Vocação para o exercício de funções dirigentes na área de administração.

d) Candidatos ao concurso:

Directores 2.ª classe do pessoal de carreira administrativa, com pelo menos três anos de serviço prestados nessa classe, com a classificação média de «Muito Bom» atribuída nas informações anuais e o diploma do curso de Direcção Administrativa, bem como os demais funcionários que preencham os requisitos exigidos pelos artigos 32.º e 33.º do Decreto n.º 98/87.

e) Remunerações do cargo:

A 1.ª classe da categoria de Director da carreira administrativa é atribuída o vencimento correspondente à letra «C» da tabela classificativa.

3. Concurso para a promoção a técnico superior de 2.ª classe, no quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Governo:

a) Método de selecção e o sistema de ponderação a serem aplicados:

Método de selecção:	Ponderação:
Provas de conhecimento	80%
Avaliação curricular	20%

b) Formalização das candidaturas:

Os candidatos devem apresentar toda a documentação exigida pelos artigos 17.º e 31.º da Portaria n.º 50/88 nomeadamente:

Requerimento de admissão ao concurso, com a identificação completa dirigido ao Secretário de Estado da Administração Pública;

Relatório sucinto das actividades desenvolvidas no exercício de funções;

Relatório de Seminários, estágios ou cursos em que o candidato tenha participado, devidamente certificado;

Cópia ou fotocópia, de qualquer trabalho, informações, propostas ou pareceres realizados no serviço ou fora dele, desde que neste último caso revelem uma certa identidade ou proximidade com as funções do cargo;

Cargos exercidos e sua duração;

Declaração passada pelo serviço a que o candidato pertence, relativa ao conjunto das funções do cargo em que se encontra provido e a duração do seu exercício, quando se tratar do pessoal estranho ao quadro da Secretaria-Geral do Governo.

Informações anuais;

Louvores, menções e condecorações;

Cadastro disciplinar;

Comissões exercidas, destacamentos, requisições, deslocações oficiais, em missão de serviço, etc.

c) Conteúdo funcional da categoria do técnico superior de 2.ª classe:

Domínio aprofundado dos conhecimentos e técnicas científicas em matéria de Administração Pública, na sua vertente normativa;

Elaboração de pareceres, estudos, propostas e informações referentes ao Direito Público;

Elaboração de projectos de diplomas sobre a matéria referida no parágrafo antecedente;

Participação especializada em grupos de trabalho multidisciplinares;

Integração ou chefia de equipas técnicas encarregadas de elaborar estudos e projectos relacionados com a legislação;

Preparação das decisões superiores;

d) Candidatos ao concurso:

Técnicos superiores de 3.ª classe, com pelo menos 3 anos de serviço prestados nessa classe e com a classificação média de «Bom» atribuída nas informações anuais bem como os demais funcionários que preencham os requisitos referidos nos artigos 32.º e 33.º do Decreto n.º 98/87.

e) Remunerações do cargo:

A 2.ª classe da categoria de técnico superior é atribuída o vencimento correspondente a da letra «D» da tabela classificativa e o subsídio de técnica previsto na lei;

f) Provas:

As provas de conhecimento a serem prestadas assumirão a forma escrita e versarão materiais relacionadas com a teoria e estruturação do Estado, direito constitucional e ciência política e legislação da Função Pública designadamente os provimentos, as carreiras públicas, disciplina, a organização e a estrutura do serviço.

4 — Candidatos obrigatórios:

É obrigatória a comparência aos citados concursos dos funcionários de Secretaria-Geral do Governo e Imprensa Nacional a seguir designados:

Para Director de 1ª classe da Secretaria-Geral do Governo:

Manuel de Jesus da Costa Delgado — Director de 2.ª classe, definitivo.

Para técnico superior de 2.ª classe da Secretaria-Geral do Governo:

José Luís Hopffer Cordeiro Almada — técnico superior de 3.ª classe, provisório.

Para Director de 1.ª classe da **Imprensa Nacional**:

Arnaldo Barreto Monteiro — Director de 2.ª classe, definitivo.

7. Prazo para a apresentação de documentos:

Todos os documentos devem ser apresentados no prazo máximo de 30 dias, a contar da publicação deste aviso na Direcção de Administração Geral da SEAP e reportar-se-ão ao período de tempo que decorre da data da última nomeação ou promoção do requerente, consoante os casos, ao momento em que se candidata.

8. Validade dos concursos:

O prazo de validade dos concursos é de dois anos.

9. Composição dos júris do concurso:

a) Para directores de 1.ª classe:

Presidente:

Noel de Sousa Pinto — Director-Geral da Administração Pública.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Aparecida R. Pina — técnica superior principal e Directora-Geral da Administração do MOP;

Dr. José Maria Soares de Brito — técnico superior principal e Director-Geral da Administração do MSTAS.

Vogais substitutos:

Alcides Barros — Conselheiro de Embaixada e Director-Geral da Administração do MICD;

Abraão Levy — Director de 1.ª classe e Director-Geral da Administração do MALU.

b) Para técnico superior de 2.ª classe:

Presidente.

Dr. Belmiro Monteiro Gil — Conselheiro da Assembleia Nacional Popular.

Vogais efectivos:

Dr. Carlos Veiga — Advogado.

Dr.ª Cristina Fontes — Assessora do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Vogais suplentes:

Dr. Eurico Pinto Monteiro — Assessor jurídico do Banco de Cabo Verde;

Dr. Rui de Melo Araújo — Advogado.

Direcção de **Serviços da Administração-Geral** da S.E.A.P. na Praia, 29 de Dezembro de 1988. — O Director de Serviços, **Orlando Semedo**

Administração da Imprensa Nacional, na Praia, 25 de Janeiro de 1989. — O administrador, **Arnaldo Barreto Monteiro**.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado
Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

NOTÁRIO: **JORGE RODRIGUES PIRES**

EXTRACTO

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 18/C, de fls. 44 a 45, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de três de Janeiro do ano em curso, na qual João Fernandes, solteiro, maior trabalhador, natural da ilha do Fogo, residente na Achada de Santo António, subúrbios desta cidade da Praia, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do seguinte: «Uma casa coberta de telha de barro, situada em S. Filipe — Fogo, confrontando do Norte, Leste e Oeste com via pública e Sul com Mariazinha, inscrita na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número oitocentos e vinte e dois, com o rendimento colectável de mil duzentos e trinta e um escudos e cinquenta centavos a que corresponde o valor matricial de vinte e quatro mil seiscentos e trinta escudos, o qual não se encontra descrita na Conservatória dos Registos desta Região, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que o outorgante não adquiriu esta casa por contrato nem por sucessão, mas por aquisição originária por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade da mencionada casa.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos catorze dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove. — O Notário, **Jorge Rodrigues Pires**.

CONTA:

Art.º 18.º n.ºs 1 e 2	60\$00
Cofre Geral	6\$00
Reembolso	3\$00
Selos	45\$00
Total	114\$00

São: (cento e catorze escudos). — Conferida por, **Joaquim Rodrigues**.
Registada sob o n.º 379/89.

(11)

Secretaria de Estado Adjunto do Primeiro Ministro

Administração da Imprensa Nacional

AVISO

De conformidade com a necessária autorização superior, avisa-se que se acha aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação, concurso para venda, no estado em que se encontra, da carrinha Peugeot CVS-4383.

Os interessados devem dirigir os seus pedidos, em carta fechada, ao administrador da Imprensa Nacional, dentro do citado prazo.

Esta Unidade Gráfica reserva o direito de não alienar a dita viatura, caso a oferta for inferior ao valor real da mesma.